

política

Deputada aliada pede ajuste na concessão do bloco 2

Delegada Nadine avalia que obras têm prazos longos de execução

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Bolívar Cavalari

bolivar@jcrs.com.br

Deputada estadual aliada do governador Eduardo Leite (PSDB), Delegada Nadine (PSDB) vem apontando para a necessidade de ajustes na proposta do Piratini de concessão do chamado bloco 2, que compreende rodovias da região do Vale do Taquari e Norte do Rio Grande do Sul. Para a parlamentar, os longos prazos para execução das obras previstas no projeto podem resultar em prejuízos à população dos municípios do entorno.

“Não é uma crítica, é uma manifestação que eu venho fazendo desde novembro (de 2024), e minhas manifestações sempre foram neste sentido: da necessidade de adequar o projeto da concessão do bloco 2 à realidade socioeconômica e financeira das regiões afetadas”, afirmou Nadine.

Ela reitera não ser contra a concessão, mas que o governo deve realizar ajustes para apresentar um projeto com maiores benefícios à sociedade gaúcha. “São prazos extremamente longos, cobranças que começam não imediatamente, mas após um ano dessa concessão aprovada, e uma decisão que vai impactar a vida por 30 anos. Então, eu não sou contra pedágio ou contra a concessão, não é nada disso, eu sou contra o formato que foi apresentado, e fui muito franca e leal ao governo no sentido de dizer que não está bom”, argumentou a parlamentar.

Para o governo realizar a concessão, não há a necessidade de o projeto passar pelo crivo da Assembleia Legislativa. Apesar disso, Nadine disse acreditar que o



Nadine não é contra a proposta, mas entende que pode ser melhorada

governador Eduardo Leite deveria desenvolver a proposta em maior sintonia com os parlamentares que compõem a sua base no Parlamento.

Sobre a possibilidade de o Piratini atender aos anseios da deputada aliada e realizar ajustes na proposta de concessão do bloco 2, Nadine afirmou acreditar na sensibilidade do governo para mudanças, principalmente a partir das sugestões enviadas pela sociedade em consulta pública aberta pelo governo do Estado.

Além da parlamentar, quem solicitou uma revisão da proposta foi Federação das Empresas de Logística e Transporte de Cargas no Rio Grande do Sul (Fetransul). Na avaliação do presidente da entidade, Francisco Carlos Gonçalves Cardoso, há a possibilidade, a partir da concessão, de o Estado ter os pedágios mais caros do Brasil.

Neste sentido, foi instalada na Assembleia Legislativa do RS nesta terça-feira (1º) a Frente Parlamentar Contra Pedágios, uma iniciativa do deputado Papparico Bacchi (PL). O grupo é formado por 23 parlamentares.

“Queremos sensibilizar o governo para que não haja pedágio, que o Governo mude o foco sobre esta questão e que coloque os recursos de 1,3 bilhão de reais do Funrigs para o melhoramento das rodovias, sem pedágio”, apontou Bacchi.

Os investimentos do bloco 2, localizado em uma das regiões mais afetadas pelas enchentes históricas que atingiram o Rio Grande do Sul, serão de R\$ 6,7 bilhões. Do montante, R\$ 1,3 bilhão é do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), criado em 2024 para destinar recursos à reconstrução do Estado após a catástrofe das cheias de maio passado.

Pela proposta, serão 30 anos de concessão com a iniciativa privada, sendo que, nos dez primeiros anos, devem ser investidos R\$ 4,5 bilhões.

O chamado bloco 2 abrange 32 municípios gaúchos, que representam 17,5% da população do Estado, e tem um total de 414,91 quilômetros de extensão. Ele é composto por sete estradas: ERS-128, ERS-129, ERS-130, ERS-135, ERS-324, RSC-453 e BR-470.

Secretários se reúnem com municipais para negociação

/ FUNCIONALISMO

Sofia Utz

sofia@jcrs.com.br

Os secretários municipais André Coronel, chefe da Secretaria de Gestão de Governo, e Cassiá Carpes (PP), que comanda a Secretaria de Administração e Patrimônio, receberam, na manhã desta terça-feira, representantes do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (Simpa) para negociar a reposição salarial de servidores públicos da Capital. A prefeitura e os sindicalistas ainda não conseguiram atingir um acordo na questão.

O Simpa, que convocou greve até essa quarta-feira, afirma que a negociação salarial deve repor a defasagem inflacionária de 33,4%, que o subsídio apresenta desde 2016, quando o chefe municipal era Nelson Marchezan Júnior (PSDB). A organização já havia realizado uma paralisação no último dia 20, porém não conseguiram avançar na negociação com o poder público. “Nós não temos do governo nenhuma resposta acerca da nossa pauta de reivindicações, que vai desde a reposição da inflação até as questões referentes às condições de trabalho”, explicou Cindi Sandri, diretora do Simpa. De acordo com ela, a justificativa da prefeitura de que não há recursos financeiros para o ajust-

te não é válida. “É preciso de saldo nas contas para os financiamentos que estão sendo recebidos, é mais uma prova de que esse déficit que eles apresentam não condiz com a realidade”, pontuou.

Na manhã desta terça-feira, os municipais se reuniram em frente à Secretaria de Administração e Patrimônio e caminharam em direção ao Centro Administrativo Municipal, onde permaneceram até às 16h, quando partiram para visitas a escolas e a centros de saúde buscando mais adesão dos municipais. “A nossa defesa é pela cidade, a nossa defesa é pelo serviço público sendo realizado com qualidade por servidores públicos”, ressaltou Sandri.

Em nota, a prefeitura afirmou que está buscando soluções para as demandas apresentadas “dentro da realidade de um município impactado por muitas dificuldades orçamentárias, decorrentes da enchente de maio de 2024”. O Executivo também questionou o índice de 33,4% apresentado pelo Simpa, afirmando que este valor não corresponde ao período da atual gestão. “Entre 2022 e 2023, o Executivo concedeu um reajuste salarial de 15,85% e aumentou em 35% o vale alimentação. Em 2021, durante a pandemia, a concessão de reajustes foi impossibilitada pela Lei Federal 173/2020. Em 2024, a prefeitura repôs em 4,62% o vale alimentação”, diz o comunicado.



Categoria organizou passeata pelo centro da capital gaúcha

PF abre inquérito para apurar vazamento de investigação sobre ‘Abin paralela’

/ INVESTIGAÇÃO

A Polícia Federal instaurou inquérito, nesta segunda-feira, para apurar o possível vazamento de informações da investigação que apura uma estrutura paralela que teria sido feita na Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

A medida foi tomada após a publicação de uma reportagem

no UOL afirmar que a polícia investiga uma ação de espionagem contra autoridades do governo do Paraguai que teria sido feita pela agência.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou, também nesta segunda, que a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) autorizou tal ação e que ela foi tornada sem efeito pelo diretor in-

terino da agência em 27 de março de 2023, “tão logo a atual gestão tomou conhecimento do fato”.

Depoimentos prestados na investigação mostraram que a ação da Abin teria invadido computadores para obter informações sigilosas relacionadas à negociação de tarifas da usina hidrelétrica de Itaipu, que é objeto de disputa comercial entre os dois países há

muitos anos.

De acordo com a publicação, o planejamento da operação de espionagem teve início durante o governo Bolsonaro, mas a ação teria sido executada com a autorização do atual diretor da Abin de Lula, Luiz Fernando Corrêa.

O governo brasileiro procurou integrantes da diplomacia e da inteligência do Paraguai logo

após a publicação de detalhes da investigação.

Apesar da manifestação do governo brasileiro, o ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Rubén Ramírez Lezcano, negou haver evidências de que o Brasil tenha realizado uma operação de espionagem contra autoridades do governo de seu país.